

## BALANÇO DO PLANO REAL

# Arruda vê êxitos da estabilidade...

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, destacou ontem os êxitos obtidos na economia depois de dois anos de Plano Real, entre os quais a previsão, este ano, de investimentos externos de 10

bilhões de dólares. O senador disse que houve melhorias na distribuição de renda e registrou a queda das taxas de juros como um indício de que as âncoras provisórias do plano já são substituídas. **Pág. 5**

# ... que Lauro considera artificiais

O crescimento expressivo da dívida pública é sintoma, para o senador Lauro Campos, de que a inflação não está morta, mas apenas escondida. As altas taxas de juros e a valorização artificial do real em relação ao dó-

lar, segundo ele, são os instrumentos que mascaram a inflação. Lauro disse que o "dragão" está na "toaca", mas lança efeitos perniciosos para toda a sociedade, daí não haver motivo algum para comemorar. **Pág. 5**

### Suplicy pede a FHC ação para superar as desigualdades

Página 2

### Cabral apóia luta de Jatene em defesa da CPMF

Página 6

### Júnia reclama mais vagas nas universidades

É preciso criar mais universidades para atender à demanda por vagas no País, afirmou ontem a senadora Júnia Marise. Na opinião dela, o governo também deve fiscalizar mais as escolas particulares. **Página 8**



## CAE discute riscos de emissão

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado reuniu-se ontem (foto) e ouviu as preocupações do senador Esperidião Amin quanto aos riscos de uma nova emissão de Letras

Financeiras do Tesouro do Estado pretendida por São Paulo. Amin quer esclarecimentos dos dirigentes do Banco Central sobre o assunto. **Página 4**

## Valadares quer legalizar emissoras comunitárias

Intenção do senador é abrir espaço à informação cultural, artística e educacional. **Página 7**

# Suplicy cita estudo do Bird para pedir combate às desigualdades

*Em carta a FHC, senador diz que desnível na renda entre brasileiros é tanto que ilustra livro de economia como exemplo de desequilíbrio*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em plenário correspondência por ele dirigida ao presidente da República encaminhando dados do Banco Mundial (Bird) que apontam o Brasil como bicampeão mundial da desigualdade social. Na mensagem, o senador destacou a necessidade premente "de o Brasil dar maior prioridade aos instrumentos que compatibilizem a estabilização com o crescimento, com a melhoria da distribuição de renda e com o combate à miséria", e reiterou a disposição de conversar pessoalmente sobre a questão no momento em que o chefe da Nação considerar oportuno.

Esclareceu Suplicy que os dados analisados pelo Bird referem-se ao ano de 1989, "quando eram muito semelhantes aos de 1995, segundo documento divulgado pelo Ipea, que levou em consideração apenas a distribuição de renda entre assalariados, pois não havia os relativos aos rendimentos de capital".

O senador assinalou também que outro relatório, de autoria do ministro Pedro Malan, sobre os dois anos do Real, indica que os 50% mais pobres da



Eduardo Suplicy

população brasileira, em 1990, detinham apenas 12% da renda nacional e, em 1995, essa participação caiu para 11,6%.

## EXEMPLO

Para ilustrar a dimensão das desigualdades sociais no País, no âmbito internacional, Suplicy disse que o mais conhecido livro do mundo sobre introdução à economia, de autoria do economista Paul A. Samuelson, em sua 15ª edição, mostra em gráfico o Brasil como exemplo de desequilíbrio na distribuição de renda.

## Cunha Lima cobra medidas concretas para a área social

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse que a convocação extraordinária do Congresso chama a atenção do País para as reformas que o governo pretende fazer. Ele cobrou medidas mais sólidas para ratificar as propostas já promulgadas, na forma de regulamentação, e para enfrentar a questão social.

- O segundo ano do Real mostra sua permanência no Brasil. Há uma nova cultura de preços e a sociedade se despede, com gratidão festejada, do período inflacionário. É preciso que *pari passu* programem-se metas para uma visão mais ampla do desenvolvimento nacional - re-



Ronaldo Cunha Lima

comendou.

Ronaldo Cunha Lima referiu-se aos recentes dados publicados pela ONU, relativos a pesquisas realizadas em finais da década passada e princípios dessa década, que, segundo ele, dão o suporte almejado para a implementação de novas políticas.

- O Brasil de hoje já não é o mesmo de 1990, e pode conviver, agora, com medidas concretas na área social ao lado do proveitoso programa de estabilidade - disse o senador.



Ademir Andrade

## Ademir anuncia crédito especial para assentamentos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que, em companhia de seis deputados federais e vinte prefeitos paraenses, esteve em audiência com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, quando foi garantida a liberação de crédito especial para o Incra no Pará, destinado à construção de escolas, postos de saúde e outras obras comunitárias, mediante convênio com mais de 50 assentamentos rurais.

Por iniciativa da Comissão Especial Amazônia Urgente, o senador informou terem ele e o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) recebido em audiência o técnico José Seixas Lourenço, da Secretaria da Amazônia, com quem discutiram mudanças possíveis no direcionamento dos planos de desenvolvimento daquela região.

Ademir disse que uma das metas imediatas da comissão especial é interferir na elaboração do próximo Orçamento da União para, preferencialmente, garantir recursos de infra-estrutura para a Amazônia.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: \*PDL nº 35/96, que aprova o texto da Resolução (42) 3 da Assembleia Geral do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado (Unidroit), adotada em sua 42ª Sessão, em 12.12.89, pela qual se introduz emenda ao parágrafo 1º do art. 17 de seu Estatuto Orgânico; \*PDL nº 36/96, que aprova o texto do Convênio de Sede da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), celebrado no Rio de Janeiro, em 04.09.95;

\*PDL nº 37/96, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e o México, em Brasília, em 26.05.95.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação das contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1994. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados.*

# Código de Trânsito será votado logo

Francelino Pereira acredita que substitutivo poderá ser lido já na sessão desta sexta-feira e que discussão da matéria em plenário ocorrerá entre os dias 16 e 18



Bello Parga

## Isenções para microempresas em exame no Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá examinar na próxima quarta-feira, dia 10, dois projetos de lei, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), instituindo o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e conferindo a estas regime tributário diferenciado, inclusive com isenção de pagamento de Imposto de Renda.

Pelas alterações propostas, passarão a ser consideradas microempresas aquelas cuja receita anual não ultrapassar R\$ 204 mil. Além de facilidades de crédito, elas também contarão com a isenção de IOF, PIS, Cofins, contribuição social sobre o lucro e taxas vinculadas especificamente ao poder de polícia.

A CAE decidirá terminativamente sobre o assunto, apreciando relatório que será apresentado pelo senador Bello Parga (PFL-MA). Em caso de aprovação, os dois projetos serão remetidos ao exame da Câmara dos Deputados, após decorrido o prazo regimental de cinco sessões para recursos ao plenário.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que a aprovação pelo plenário do Código de Trânsito Brasileiro é o grande desafio da convocação extraordinária do Congresso para o recesso do mês de julho.

- A sociedade brasileira está ansiosa e atenta, na expectativa de que seus representantes acelerem a discussão e a votação dessa importante matéria - disse ele.

Francelino Pereira também manifestou seu entendimento de que as lideranças partidárias deviam demonstrar à sociedade que a convocação no recesso tem por finalidade decidir assuntos essenciais da



Francelino: Código é o grande desafio

vida brasileira.

O senador informou que o substitutivo ao projeto do novo Código de Trânsito, já aprovado pela comissão especial que ele preside, poderá ser lido na sessão desta sexta-feira, distribuindo-se os avulsos e abrindo-se o interstício regimental de três dias. Ele prevê que a discussão da matéria se dará nos dias 16, 17 e 18 deste mês,

procedendo-se à votação em plenário e seguindo-se a apreciação do substitutivo em turno suplementar, fase em que haverá nova oportunidade para a apresentação de emendas.

- O novo código, certamente, não fará o milagre de eliminar as lamentáveis estatísticas que nos colocam entre os países de trânsito mais violento do mundo, mas será um instrumento de educação e de contenção dos excessos. Bem utilizado, o código modificará para melhor o trânsito em que vivem os brasileiros - afirmou Francelino.

O parlamentar também elogiou o trabalho do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), relator do projeto na comissão.

## Jefferson pede empenho dos parlamentares na convocação

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) pediu ontem o empenho de deputados e senadores durante os trabalhos legislativos deste mês, para justificar, segundo disse, a convocação extraordinária e o ônus que ela representa para os cofres públicos. "Do contrário, não poderemos nos queixar se a imprensa nos crucificar novamente", disse ele.

- A imprensa começa a chamar a atenção para o custo dessa convocação e para a quantia que cada parlamentar receberá. É uma quantia significativa em termos de Brasil. Quei-



Jefferson Peres

que considera a quantia plenamente justificável se os congressistas fizerem por merecê-la.

Para Jefferson Peres, se no final dos trabalhos da convocação extraordinária os senadores e deputados tiverem aprovado os projetos mais importantes do ponto de vista do interesse nacional e um projeto moralizador para o IPC, os parlamentares terão justificado o que vão receber. "Meu receio é que ao final do mês muito pouca coisa tenha sido votada", acentuou.

ramos ou não, o que vamos receber equivale a 12 anos de trabalho de quem recebe um salário mínimo - afirmou Jefferson, acrescentando

# Loyola pode vir ao Senado explicar a rolagem paulista

*Proposta é de Esperidião Amin, já que o próprio BC, segundo ele, vê riscos na nova emissão de títulos pretendida por São Paulo*

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) informou ontem que o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e o diretor da Dívida Pública, Francisco Lopes, se dispõem a vir ao Senado na próxima terça-feira para prestar esclarecimentos sobre nova emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado pretendida por São Paulo. Em ofício enviado ao Senado, o próprio Banco Central reconhece que a emissão poderá resultar em crescimento desordenado da dívida pública mobiliária com consequências sobre o processo de estabilização do País, o que deixou Amin preocupado.

— É um processo que, começando por São Paulo, vai abrir um ralo enorme em matéria de malbaratamento dos títulos públicos brasileiros — afirmou o senador, sustentando que esses



Esperidião Amin

títulos, principalmente os do Banespa, “só são aceitos pelo mercado com um deságio escandaloso”. Esperidião Amin explicou que a emissão visa a ressarcir São Paulo do pagamento de precatórios judiciais, assim como complementos de parcelas referentes a questões pendentes de decisão judicial definitiva.

O senador pediu ontem vista desse processo na Comissão de Assuntos Econômicos, no pro-

pósito de debater a questão da dívida pública e por entender que “isso angustia todos os que se preocupam com a estabilidade do País”. Amin também propôs o envio de convite a Loyola para dar esclarecimentos sobre as questões suscitadas na análise do BC sobre o pedido de São Paulo.

## PRESSÕES

Em seu discurso, Amin também afirmou que, há 42 dias, pressionado pela opinião pública, o Senado aprovou o acordo para viabilizar o Banespa, aceitando entre outras garantias um aeroporto sem certificado de propriedade. E reclamou: “Mas até agora não aconteceu nada e também não fomos distinguidos com uma explicação”. Ele disse que a dívida pública é o assunto mais relevante desta semana em que o Brasil comemora os dois anos do Plano Real.



Ney Suassuna

## Ney Suassuna preside comissão mista do Proer

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro) foi instalada ontem, tendo sido eleito presidente o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e vice-presidente o deputado Basílio Vilani (PR). O relator é o deputado Manoel de Castro (BA).

Adotada originalmente em 6 de novembro de 1995, a MP do Proer foi reeditada oito vezes e, segundo Ney Suassuna, nesse período o governo já gastou cerca de R\$ 20 bilhões entre os ativos duvidosos e os recursos efetivamente repassados ao sistema financeiro. O senador explicou que, além dos R\$ 11 bilhões gastos com o setor, o Banco Central assumiu débitos da ordem de R\$ 9 bilhões em decorrência de contas fantasmas dos bancos Nacional, Econômico e Banorte.

Integram ainda a comissão, como titulares, os senadores Bello Parga (PFL-MA), Jáder Barbalho (PMDB-PA), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Roberto Freire (PPS-PE) e Beni Veras (PSDB-CE).

## Simon: Meridional poderá ser o Banco do Mercosul

O banco de fomento para financiar os projetos do Mercosul poderá ser o Meridional, conforme informou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao anunciar que o presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em entrevista a uma rádio em Porto Alegre, que o Rio Grande do Sul reúne condições para ser a sede financeira desse mercado comum. “É do maior significado e importância essa afirmativa”, comemorou Simon, lembrando que, simultaneamente à entrevista do Presidente, o Banco Meridional foi retirado da pauta de privatizações, o que pode ser um bom indício de que ele será o banco de fomento do Mercosul.

Simon explicou que o Banco de Boston era freqüente-

mente lembrado para ser a instituição financeira de financiamento dos projetos do Mercosul, o que em sua opinião nada acrescentaria em termos de desenvolvimento desse mercado comum. Ao informar que as bancadas de todos os partidos representados no Rio Grande já apresentaram ao BNDES uma proposta para transformar o Meridional em banco de desenvolvimento de pequenas e médias empresas, ele celebrou a ideia de a instituição ser oficializada como o banco do Mercosul.

“Agradeço em nome do Rio Grande do Sul essa manifestação do presidente da República. O Meridional poderá ser um grande banco para fazer a integração”, disse o senador. Defendendo a vocação do seu estado para tornar-se a sede



Pedro Simon

financeira desse mercado comum, o senador explicou que o Rio Grande do Sul já produz o que a Argentina e o Uruguai produzem, não sendo esse o caso de São Paulo, cuja indústria produz o que a Argentina não produz. “Face a isso, uma maneira de fortalecer o Rio Grande é colocar o Meridional como a instituição financeira do Mercosul.”

# Arruda aponta benefícios e avanços do Plano Real

*Aumento dos investimentos externos e redistribuição da riqueza foram os resultados do programa de estabilização destacados pelo líder do governo no Congresso*

Com a estabilização da economia, os investimentos externos no Brasil vêm aumentando mês a mês e devem chegar neste ano a US\$ 10 bilhões, um valor jamais atingido na história do País,



**Arruda: reformas consolidarão o Plano**

afirmou em discurso o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Depois de citar números comprovando que o Plano Real redistribuiu riqueza dos mais ricos para os mais pobres, Arruda destacou que a estabilização econômica foi atingida num momento de plena liberdade e democracia.

Para o líder do governo no Congresso, o Executivo tem

consciência de que o Plano Real se baseia em âncoras provisórias, como a taxa de juros alta. "Aos poucos, o governo reduz os juros, que já estiveram em 4,2% em março do ano passado e caíram agora para 2% ao mês." Ele rechaçou as críticas de que há lentidão nas mudanças propostas pelo governo, afirmando que elas vêm sendo feitas de forma democrática. "São problemas acumulados durante décadas,

muitos herança ainda do Império. É impossível mudar tudo do dia para a noite", frisou.

José Roberto Arruda afirmou que a substituição de âncoras provisórias para permanentes será menos dolorosa para o País com a aprovação das reformas constitucionais

que o Congresso discute no momento. Destacando que a aprovação das reformas na área econômica e a queda da inflação estão trazendo de volta os investimentos estrangeiros, o senador afirmou que só a continuidade das mudanças estruturais consolidará a estabilidade econômica. "O governo não abre mão das reformas e, por isso, o Con-

gresso foi convocado extraordinariamente neste mês de julho", disse.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) manifestou opinião de que o governo, na prática, "trocou a queda da inflação pelo aumento da dívida pública, que já bate nos R\$

150 bilhões". Para ele, o "brutal aumento da dívida pública terá um custo muito alto para o País". O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) lamentou que os brasileiros "infelizmente têm memória pequena" e se esqueceram de que há dois anos a inflação era de 7.000% ao ano. "Desde JK não temos uma inflação tão baixa", observou.

**"Aos poucos o governo reduz os juros e substitui as âncoras do Plano"**

## Para Lauro, dívida pública reflete inflação reprimida

A taxa de câmbio que valoriza artificialmente o real em relação ao dólar, associada às altas taxas de juros, são instrumentos que apenas escondem a inflação, segundo a opinião do senador

**Câmbio artificial e altas taxas de juros escondem inflação, diz senador**

Lauro Campos (PT-DF). Analisando ontem os dois anos do Plano Real, ele disse que a inflação está escondida, não está morta, e pode ser vista no aumento exponencial da dívida pública mobiliária federal, que somente no mês passado cresceu R\$ 13 bilhões.

- Esses instrumentos, que garantiram a redução da inflação, apenas colocaram o dragão na tocaia e estão impondo consequências sociais perniciosas. Não é o caso de festejar os resultados. Além disso, a dívida externa aumenta, pois estados e municípios, falidos, recorrem a empréstimos externos - afirmou o senador.

Para Lauro Campos, é fácil controlar a inflação, tanto que o País já o fez cinco vezes desde 1986. A seu ver, o difícil é mantê-la verdadei-

ramente controlada e sem cometer o que chamou de um "economicídio".

- A taxa de câmbio valorizada abre o País às importações subsidiadas, reduz exportações, aumenta o déficit da balança de pagamentos, sucateia a estrutura produtiva nacional e

impõe desemprego. O perfil das mercadorias importadas, basicamente bens de luxo, aponta para a essência do que é a nova moeda brasileira: um conjunto de mecanismos concentradores de renda - avaliou o senador.

Segundo Lauro Campos, esse resultado não é estranho à concepção do real. Em sua opinião, o plano baseou-se em diagnóstico de que a inflação era de demanda, portanto, era preciso reduzir renda. Daí a implantação do real ter combinado redução de salários e aumento de todos os outros preços da economia, concluiu.



**Lauro Campos: controle difícil**

# Cabral apóia luta de Jatene pela CPMF

*Senador destaca manifesto de apoio à contribuição divulgado por entidades médicas e garante que alternativa é a melhor por assegurar aporte rápido de recursos ao setor*



Mauro Miranda

## Mauro destaca investimentos em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que o governo federal já não pode deixar de ver o desenvolvimento do Centro-Oeste como um processo irreversível. Em sua opinião, é preciso apressar o suporte de infra-estrutura que vai assegurar o equilíbrio entre volumes crescentes de produção e garantias efetivas de escoamento.

O senador anunciou que a Perdígão, uma das empresas mais fortes do continente na produção de alimentos, vai investir R\$ 500 milhões no município de Rio Verde, no sudoeste do estado, num complexo industrial que prevê a absorção de 9 mil empregados.

Mauro Miranda disse que com a produção anual de 350 mil toneladas de milho e 250 mil toneladas de soja, a região de Rio Verde será o celeiro natural para as demandas do grupo Perdígão, que vai consumir 600 mil toneladas de rações por ano.

O senador afirmou, ainda, que o Fomentar, programa criado pelo ex-governador Iris Rezende para estimular a atração de investimentos no estado de Goiás, passa por um período em que o registro de consultas de capitais nacionais e estrangeiros está em ritmo crescente.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse ontem que está solidário com o ministro da Saúde, Adib Jatene, na sua luta pela aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada a financiar serviços de saúde, e pela forma como tem enfrentado as "adversidades" à frente daquela pasta. Cabral afirmou que muitas notas são "plantadas" na imprensa para desmoralizar quem tem a coragem de servir à Nação.

Segundo o senador, entre as alternativas de captação de recursos de custeio, a CPMF foi a escolhida por quatro motivos: rapidez de aporte de recursos a partir do momento de sua implantação; exis-

tência de uma rede de arrecadação que já tem experiência no recolhimento desse tipo de tributo; o fato de não ser regressiva, à medida que mais contribui quem mais tem; e, ainda, não se basear na declaração do contribuinte, o que evita sonegações e alcança aquela porção da economia informal intocada por tributos de qualquer natureza.

Bernardo Cabral destacou manifesto de apoio à aprovação da CPMF, publicado na imprensa por 30 organizações ligadas à saúde, entre



Bernardo Cabral

elas a Academia Nacional de Medicina, a Sociedade Brasileira de Cardiologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Conforme o senador, essas entidades advertem que, se a

contribuição não for aprovada, haverá uma redução de 50% nos recursos destinados pelo governo federal a serviços de saúde, nos estados e municípios. Em apertado, Cabral foi apoiado pelos senadores Roberto Freire (PPS-PE), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Nabor e Ademir discutem política para a Amazônia com representante do Ministério do Meio Ambiente

## Senadores debatem política para a Amazônia

Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Ademir Andrade (PSB-PA) debateram ontem com o secretário da Coordenação de Assuntos da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente, José

Seixas Lourenço, as bases de uma política para a região buscando conciliar a preservação ambiental com as aspirações de desenvolvimento econômico e social do Norte do País.

O encontro ocorreu no

gabinete do senador acreano e faz parte do programa de trabalho da comissão temporária interna do Senado criada para dialogar com o governo em busca da definição dessa política para a Amazônia.

# Valadares propõe legalização de emissoras comunitárias

*Senador defende a democratização do acesso aos meios de comunicação eletrônicos e apresenta emenda a projeto para autorizar o funcionamento de novos veículos*

Entidades civis sem fins lucrativos poderão ser autorizadas pelo Executivo a explorar emissoras de radiodifusão sonora de frequência modulada e de televisão, segundo propôs o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele apresentou ontem uma emenda ao projeto de lei de iniciativa do Executivo sobre a organização dos serviços de telecomunicação, aprovado na Câmara e agora tramitando em comissões do Senado. Trata-se, segundo o senador, de cumprir a Constituição e assegurar a necessária democratização desses serviços.

Pela proposta de Antonio Carlos Valadares, fundações e



Antonio C. Valadares

associações civis poderão explorar emissoras de rádio de frequência modulada (FM) de até 50 watts de potência e estações de televisão de até 150

watts. A emenda prevê, ainda, que as estações autorizadas a comporem o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverão atender, entre outros, ao princípio de dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Finalmente, o senador propõe que as emissoras e estações comunitárias serão dispensadas de certificar os equipamentos utilizados, desde que sua potência não supere os limites estabelecidos.

Valadares justificou sua emenda destacando a necessidade de regulamentar serviços que já existem há anos e, clandestinos, precisam de garantias para funcionarem le-

galmente. Num país de dimensões continentais como o Brasil, afirmou, é imperativo abrir espaço à informação cultural, artística e educacional.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) antecipou seu apoio à proposta de Valadares. A regulamentação dos serviços comunitários permitirá, a seu ver, uma ampliação do acesso à informação. O senador Romeu Tuma (PSL-SP), por sua vez, pediu esclarecimento sobre a dispensa de certificado dos equipamentos prevista na emenda. A dispensa refere-se ao certificado de potência e não ao de compra, que cabe à Receita Federal fiscalizar, respondeu Valadares.

## Tebet registra homenagens a J. Barbosa



Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou ontem homenagem prestada pelos meios culturais

de Mato Grosso do Sul, no último sábado, ao professor, escritor e jornalista J. Barbosa Rodrigues, pelos seus 80 anos de idade. "Foi, com justiça, uma homenagem mais que merecida para uma personalidade que escreve diariamente a história sul-mato-grossense", disse.

Tebet disse que J. Barbosa Rodrigues construiu o maior conglomerado de comunicação de Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado*. Sob sua direção, o jornal do grupo foi o pioneiro na impressão pelo sistema *off-set* em todo o Centro-Oeste.



A delegação da Polônia discutiu com os senadores as relações políticas e comerciais com o Brasil

## DELEGAÇÃO POLONESA VISITA O SENADO

Uma delegação da Polônia, chefiada pelo vice-ministro da Defesa Nacional daquele país, Krzysztof Wegrzyn, esteve ontem em visita ao Senado. Os poloneses, que visitam o Brasil para contatos comerciais e governamentais, foram recebidos pelo vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que estava acompanhado dos senadores Romeu Tuma (PSL-SP) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

A comitiva reúne empresários e é integrada, ainda, pelo deputado Leszek Bugaj, vice-presidente da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados da Polônia. Após a recepção no Salão Nobre do Senado, a delegação polonesa visitou o plenário e manteve encontro com o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nesse encontro foram abordadas questões relativas ao comércio entre os dois países.

# Júnia reclama mais vagas nas universidades públicas

*Senadora diz que apóia a maioria das iniciativas do ministro da Educação, mas ressalta esta carência do ensino superior*

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que é preciso criar mais universidades públicas para atender à demanda por vagas no País. Ela disse que essa é a única correção que teria a fazer a declarações do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que participa, em Belo Horizonte, de encontro sobre a educação brasileira.

Na opinião da senadora, o governo também deve exercer



Júnia Marise

uma fiscalização permanente sobre as mensalidades cobradas pelas universidades particulares. Júnia Marise garantiu que tem apoiado a maioria das

iniciativas tomadas até agora pelo ministro, principalmente as relativas ao ensino fundamental.

Quanto ao terceiro grau, no entanto, ela afirmou que Paulo Renato "certamente desconhece que o maior número de universitários do País estuda em instituições privadas". Os que conseguem pagá-las, salientou, porque muitos deixam de continuar seus estudos por falta de recursos.



Humberto Lucena

## Humberto Lucena reverencia memória de Renato Archer

A memória do ex-ministro Renato Archer, falecido recentemente, foi reverenciada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que fez um histórico da carreira política e administrativa daquele homem público do Maranhão. Ele disse que, quando da homenagem do Senado à memória de Archer, encontrava-se ausente de Brasília, e por isso fazia ontem a sua "manifestação pessoal de pesar pelo desaparecimento do caro e ilustre companheiro".

O senador lembrou que Renato Archer teve o seu mandato cassado pelo regime militar e, em 1982, após ter readquirido seus direitos políticos, candidatou-se ao governo do Maranhão pelo PMDB. Ele destacou que, no governo Sarney, Archer foi ministro da Ciência e Tecnologia e, depois, da Previdência Social, tendo exercido na administração Itamar Franco a presidência da Embratel. Segundo Humberto Lucena, a última missão político-partidária de Archer foi a de presidente do PMDB fluminense.

## ACM cobra explicação a Klein sobre o "descalbro" das estradas baianas

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou ontem da demora do Ministério dos Transportes em recuperar as rodovias federais na Bahia, apesar, segundo frisou, de o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciar sua boa vontade com o estado. Ele pediu que o Senado envie cópia de seu discurso ao ministro Odacir Klein, e afirmou: "Reconheço suas qualidades de homem público, mas um homem público tem a obrigação de dar satisfação sobre os pleitos parlamentares".

Antonio Carlos disse que a Bahia tem as piores estradas

federais do País, em contraste absoluto com as rodovias estaduais, e salientou que estão praticamente intransitáveis trechos das BR-407 e BR-101. Explicou já ter apelado ao ministro para que adote providências a respeito da situação, até porque o presidente da República lhe informou que tem interesse em fazer uma revisão de toda a malha rodoviária baiana. "O presidente não tem má vontade com a Bahia, mas alguma coisa parece que está acontecendo, porque essa área não funciona em meu estado", frisou.

Ao sustentar que qualquer estrada federal é uma vergonha no País, Antonio Carlos Ma-



Antonio Carlos Magalhães

galhães disse que aguarda uma satisfação do ministro Odacir Klein, "por escrito, se possível, ou em seu gabinete, para dizer por que não recupera aquelas rodovias". O senador também afirmou que, "se o ministro tem razões para explicar o descabro das estradas baianas, que explique".

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade  
■ Editores – Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal